

4ª DELIBERAÇÃO DA SECÇÃO PERMANENTE DO SEGREDO ESTATÍSTICO
AUTORIZAÇÃO DE LIBERTAÇÃO DO SEGREDO ESTATÍSTICO DE DADOS ESTATÍSTICOS CONFIDENCIAIS
SOLICITADOS PELA AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.
(AICEP, E.P.E.)

Tendo em consideração a solicitação da AICEP, E.P.E., de Junho de 2009, relativa a:

Comércio Internacional

- Entradas e saídas de mercadorias segundo os códigos da Nomenclatura Combinada (NC), a oito dígitos, por países de origem e destino em CDROM. Apuramentos mensais e apuramento anual para o ano 2009, por ano, mês, fluxo, produto, mercado, quantidade, unidade suplementar, valor, desagregados por produto e mercados (inclusão de campo suplementar indicando se a informação é ou não confidencial).
- Operadores do comércio internacional, nomes, NIPC (Número de Identificação de Pessoa Colectiva), moradas, identificação de produtos, (Nomenclatura Combinada com máxima desagregação a 8 dígitos) mercados, valores, quantidades, unidade suplementar e identificação do tipo de fluxo, para o ano 2008, em CDROM.

Considerando:

- A natureza confidencial de parte da informação solicitada, nos termos do número 2 do artigo 6º da Lei 22/2008 de 13 de Maio.
- Que a informação se destina a preencher necessidades de informação estatística relevantes no quadro da dinamização da economia portuguesa pela AICEP, E.P.E., será utilizada exclusivamente para estudos internos, e se enquadra nas excepções previstas no número 6 do artigo 6º da Lei 22/2008 de 13 de Maio – *relações económicas externas* – as quais permitem ao Conselho Superior de Estatística autorizar a libertação de dados sujeitos a Segredo Estatístico, não podendo a informação ser utilizada para fins de divulgação, dado que para esse efeito o Instituto Nacional de Estatística preparará informação com tratamento do segredo estatístico, para envio à AICEP, E.P.E.
- Que a informação a ceder conterá um conjunto de 141 empresas cujos dados serão anonimizados, por se tratar de empresas que, no âmbito do princípio do segredo passivo que se aplica nas estatísticas do

Comércio Internacional, por força de regulamentação comunitária, solicitaram ao Instituto Nacional de Estatística a não divulgação dos seus dados.

- A cooperação entre as entidades do Sistema Estatístico Nacional (SEN) produtoras de informação estatística e a entidade à qual são fornecidos os dados – nomeadamente quanto aos limites de utilização da informação estatística de base, a qual será apenas utilizada para realização de estudos internos e não para divulgação directa.
- A importância de salvaguardar a segurança e confidencialidade do tratamento da informação estatística devendo a AICEP, E.P.E pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger a informação estatística solicitada contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado de forma a garantir total observância do princípio do segredo estatístico e preservando assim a confiança no Sistema Estatístico Nacional.
- A legislação orgânica e de funcionamento da AICEP, E.P.E (Decreto-Lei 245/2007, de 25 de Junho), que permite concluir que a entidade não prossegue atribuições e competências que colidam directa ou indirectamente com a aplicação do princípio do segredo estatístico.
- Que a informação sobre entradas e saídas de mercadorias segundo os códigos da NC a oito dígitos, que o INE irá fornecer à AICEP, E.P.E., constitui o universo oficial, fiável e exaustivo das empresas nacionais envolvidas em operações de comércio externo e, como tal, uma das matérias-primas que em associação com outras fontes da AICEP, E.P.E., contribui para a construção de bases informativas de qualidade, nomeadamente a respectiva base de dados que permite conhecer os fluxos de comércio internacional em Portugal.
- O compromisso da AICEP, E.P.E. em não divulgar na sua base de dados de empresas exportadoras ou importadoras informação que não esteja agregada por escalões quantitativos.
- As competências do Conselho Superior de Estatística (CSE), nos termos da Lei nº 22/2008, de 13 de Maio, para zelar pelo cumprimento do segredo estatístico junto das entidades solicitantes de informação confidencial, podendo realizar auditorias e outras acções de fiscalização do cumprimento das suas deliberações, delegadas na Secção Permanente do Segredo Estatístico (SPSE) de acordo com o anexo A da 2ª/2008 Deliberação do Plenário.
- O estipulado no artigo 6º da Lei nº 22/2008, de 13 de Maio, que se refere ao princípio do segredo estatístico em geral e estabelece, em particular, as excepções admissíveis a este, designadamente as finalidades a que tem de destinar-se a informação libertada e os limites da sua utilização.
- A possibilidade de ser utilizado o Procedimento Escrito, previsto no artigo 24º do Regulamento Interno do Conselho Superior de Estatística, para análise de pedidos anuais idênticos, diferindo apenas nos anos da

informação disponibilizada, desde que não se verifiquem alterações nas atribuições e competências da entidade solicitante.

A Secção Permanente do Segredo Estatístico, considerando as suas competências legais e regulamentares, na reunião de 9 de Julho de 2009, **delibera**:

- A) Autorizar o Instituto Nacional de Estatística a fornecer à AICEP, E.P.E. os dados estatísticos referidos no primeiro parágrafo.
- B) Doravante, o pedido da AICEP, E.P.E será feito anualmente ao INE, com conhecimento do CSE, sendo ao mesmo, caso se verifique completa identidade face ao presente pedido, dada sequência por Procedimento Escrito nos termos do Regulamento Interno do CSE e da 2ª Deliberação da SPSE.
- C) A AICEP, E.P.E deve assinar a Declaração de sigilo em anexo, comprometendo-se a:
1. Guardar absoluto sigilo em relação aos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, relativos a informação estatística confidencial sobre Comércio Internacional, usando-os exclusivamente para os fins mencionados no segundo considerando.
 2. Efectuar a divulgação da informação de acordo com o mencionado no pedido de uma forma que não permita qualquer identificação, directa ou indirecta, das unidades estatísticas de base e sem prejuízo da aplicabilidade do artigo 6º da Lei 22/2008 de 13 de Maio.
 3. Eliminar a informação estatística cedida, após utilização, de forma que garanta a impossibilidade de quaisquer acessos futuros por terceiros.

Lisboa, 31 de Agosto de 2009

O Presidente da Secção, Vasco Rodrigo Duarte de Almeida
A Secretária do CSE, Maria da Graça Fernandes Caeiro Bento